Expressão Universitária
Ano 6 Número 78-Novembro/2016
www.sinsepes.org.br

"NÃO EXISTE POSSIBILIDADE DE DESVINCULAR A ESCOLA DO SEU PAPEL POLÍTICO. CONSEQUENTEMENTE, TODOS OS ATORES ENVOLVIDOS NESTE PROCESSO TAMBÉM POSSUEM PAPEL POLÍTICO."

KARLA LÚCIA BENTO - EDUCADORA

ESCOLA SEM PARTIDO

PÁGINAS 4 E 5

"A CONFIGURAÇÃO DOS ATOS SUICIDAS NOS PROVOCA A REPENSAR A CULTURA EM RELAÇÃO AO SOFRIMENTO DO OUTRO E TAMBÉM FORNECE SUBSÍDIOS ESSENCIAIS PARA O PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS."

JOÃO HORR- PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E RUAN ROSA - ACADÊMICO DO CURSO

DA COMPREENSÃO DO SUICÍDIO AOS TRAJETOS DE VALORIZAÇÃO DA VIDA

PÁGINA 10

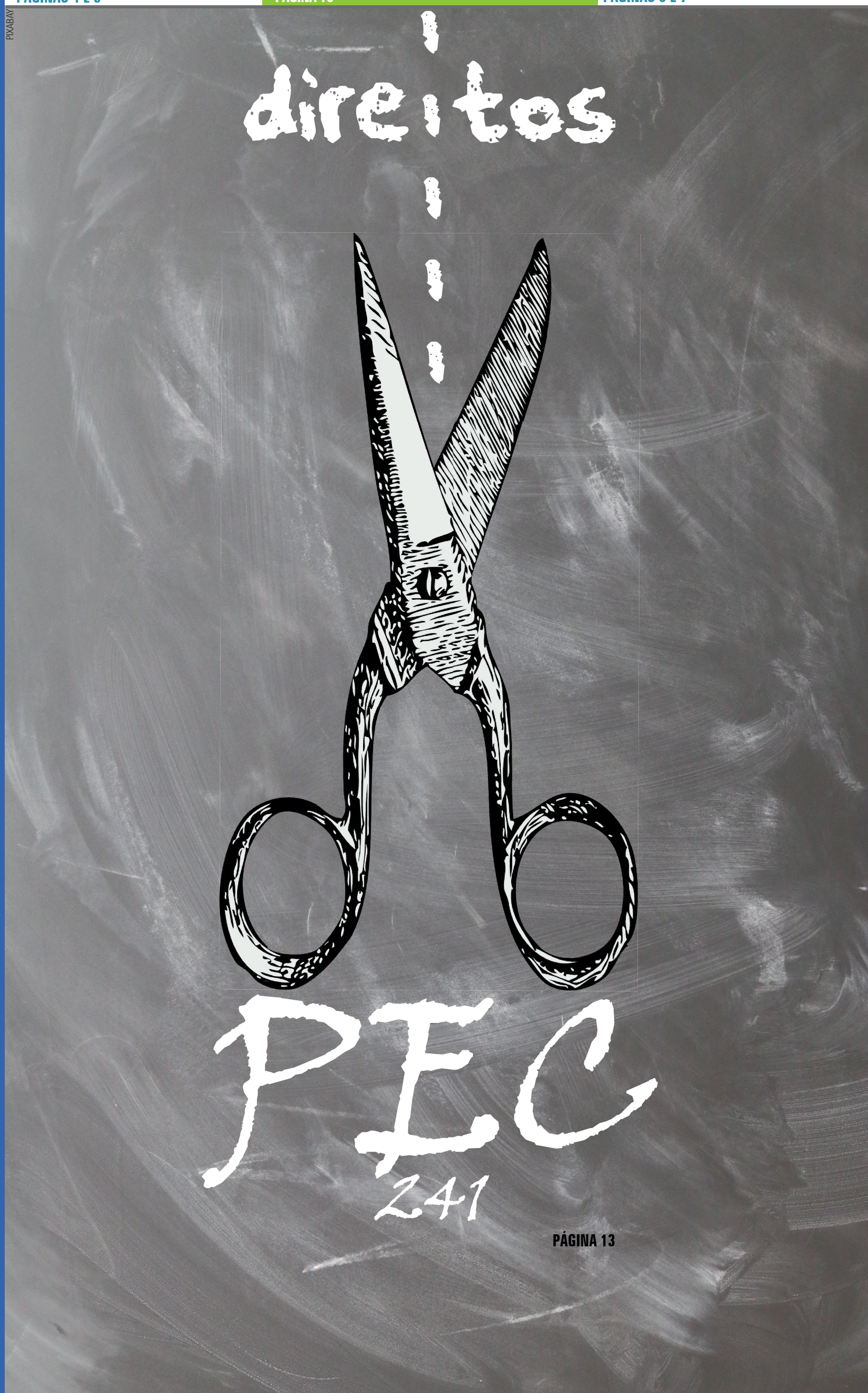
"O PROEP MUDA O CONCEITO DA PRÓPRIA UNIVERSIDADE, ESPECIALMENTE COM RELAÇÃO À RESPONSABILIDADE SOCIAL. UM DOS PRINCIPAIS DESAFIOS DOS NOVOS TEMPOS É O FENÔMENO DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL."

FÁBIO M. MATOS- COORD. DO PROEP

CORAL DO PROEP CELEBRA 23 ANOS

PÁGINAS 6 E 7

PIXABAY



PÁGINA 13

Uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

EDITORIAL

REDUÇÃO DE DIREITOS: NÃO! POR UMA AGENDA POSITIVA

No segundo semestre desse ano, na FURB, diversas reuniões, apresentações e deliberações foram realizadas acerca de temas relevantes para a comunidade acadêmica. Algumas estão em curso em rodadas de discussão em diferentes grupos, entre docentes, docentes e técnicos administrativos, com os coordenadores de colegiado de curso, dentre outros. O importante é que o diálogo esteja estabelecido mesmo que alguns temas encontrem um fluxo descontinuado ou sobreposto.

Sobreposta está a discussão sobre a proposta de resolução que estabelece as condições de enquadramento no regime de tempo integral para docentes com a outra proposta de reforma administrativa que ainda nem saiu do *powerpoint* para um documento mais consistente. As competências e vinculação das responsabilidades da estrutura departamental previstas na resolução em vigor não encontram coerência se não houver definição da reforma administrativa que pretende extinguir essa estrutura. Propor qualquer coisa na premissa de sua extinção é contornar essa barreira reduzindo gradativamente suas responsabilidades em torno da carreira docente e vinculação da área do conhecimento.

Sabemos muito bem que, diante da fragilidade do regime de trabalho horista e dos concursos públicos que estabelecem poucas horas aula em torno de uma disciplina vinculada a um determinado "departamento" e área de conhecimento, isso não melhorará em nada as condições de trabalho, estando ainda indefinido se a vinculação se dá ou não em torno de um curso. A analogia do discurso de algumas universidades federais no que se refere aos departamentos trata de outra esfera de problemas. Nas instituições privadas, a vinculação do docente é apenas mais um contrato de trabalho em um regime previdenciário geral que tem sua continuidade cumulativa ou não em qualquer outro contrato de trabalho. Não há ponderações sobre a especificidade dessas condições particulares da FURB e sobre algumas outras experiências nessa gestão.

Não se discute contrariamente os argumentos de que os cursos devem ser o foco central da análise pois são esses que são submetidos às avaliações do MEC ou CCE. Pois nem haveria de ser o contrário, já que há diversas estruturas administrativas de acordo com a qualificação e o porte das instituições de ensino superior e a avaliação tem como sujeito o acadêmico que, prestes a ser o egresso e futuro profissional, foi qualificado e se preparou em uma instituição que na condição de objeto deve possuir os requisitos observáveis de qualidade para a sua formação. A qualificação e produção docente é apenas uma condição do objeto exigida. Todavia, para o SINSEPES, o docente é o sujeito e o que importa são as condições da carreira e a forma como serão oportunizadas. São preocupações distintas, mas ao mesmo tempo concomitantes no resultado geral.

Descontinuada está a discussão de temas como férias coletivas, a extinção do abono pecuniário de 1/3 de férias que foi apresentado no final de 2015 e retomado agora no final de 2016. O abono pecuniário é um direito estabelecido no artigo 29 da LC 746/2010, aplicável à FURB, e também no artigo 127 da LC 660/2007 aplicável aos demais servidores públicos da prefeitura municipal de Blumenau, suas autarquias e fundações. Durante anos, a regulamentação sobre o abono constou na pauta de reivindicações do SINSEPES, pois a FURB reiteradamente não cumpria regularmente tal dispositivo até que a questão foi judicializada em favor do servidor, ou seja, a lei é clara por si só em sua redação na Lei Complementar. A reitoria apresentou no final de 2015 uma proposta para sua extinção, suspendeu as tratativas e tentou reduzir o saldo de férias na sua programação em contraposição ao calendário da prefeitura municipal. Novamente a questão entrou em juízo que mesmo em caráter liminar favoreceu o servidor da FURB.

O tema da extinção do abono pecuniário foi reapresentado na reunião com os servidores ocorrida no último dia 14 de outubro e incluída na pauta da Assembleia Geral Extraordinária do SINSEPES realizada no dia 17 do mesmo mês. Sobre esse a assunto, **a decisão da assembleia foi unânime em preservar esse direito comum a todos os servidores do município**. A reitoria traz alguns argumentos para querer alterar a lei. O primeiro é que defende o descanso anual na sua integralidade, o que também defendemos, no entanto, defendemos o direito de opção do servidor, pois a grande maioria opta pelas férias integrais. Essa grande maioria não sustenta o segundo argumento utilizado, que é o econômico, pois o histórico dessa despesa representa cerca de 0,03% da despesa com folha de pagamento com encargos. A elevação no ano passado dos requerimentos de abono pecuniário aumentou em virtude do represamento dos pedidos anteriores do saldo de férias em virtude de decisão liminar favorável ao cumprimento da lei, o que não revela uma tendência de aumento dessa despesa. Portanto, apresentar planilhas com uma simulação do que aconteceria se todos os servidores requeressem esse abono é uma tese inverossímil. O terceiro e último principal argumento é que tal abono não é previsto em outras esferas de governo como os dos servidores da União e do Estado de Santa Catarina. Isso é bem verdade, mas, nesse sentido, perguntamos sobre outros benefícios previstos para esses servidores citados, como no caso do auxílio-alimentação, o que nos foi suprimido. Enfim, o momento não é de aumentar a diferença entre o conjunto de regras que regem distintamente os servidores de Blumenau, mas sim de aproximá-los.

> **Os servidores não tiveram receptividade a essa agenda negativa, esperando propostas de uma agenda mais positiva, como a criação do Instituto FURB e outras que deem maior perspectiva de melhorar a receita da universidade para o enfrentamento dos problemas financeiros da FURB**

O último tema relevante é a proposta de resolução sobre abatimento de auxílio educacional em cursos da FURB. O único aspecto que já integrava a pauta de reivindicações trata da continuidade do abatimento aos servidores da FURB que se aposentassem até a conclusão do curso pelo interessado e seus dependentes. A proposta tem o intuito de querer corrigir algumas distorções no processo por parte de alguns casos relacionados às condições econômicas reais do grupo familiar, e a reitoria, já há três anos, ensaiava apresentar uma proposta que favoreceria os menores vencimentos. No entanto, o que se constatou é uma tabela de critérios que precisa ser discutida, pois foi um corte profundo e geral para todas as categorias, o que foi amplamente contestado não apenas na própria reunião citada, mas também na assembleia do SINSEPES. A assembleia deliberou que a discussão deve ter seu curso normal, pois o SINSEPES não foi chamado a opinar a esse respeito, mantendo apenas a posição em relação ao item de sua pauta citada, mantendo-se os demais direitos em vigor.

A impressão é que os servidores não tiveram receptividade a essa agenda negativa, esperando propostas de uma agenda mais positiva, como a criação do Instituto FURB e outras que deem maior perspectiva de melhorar a receita da universidade para o enfrentamento dos problemas financeiros da FURB.

PARTICIPE DO EXPRESSÃO! ***Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!***

DIRETORIA SINSEPES | 2014/2017

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); ***Vice-presidente:*** Luiz Donizete Mafra (DAC), ***Secretária geral:*** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), ***1ª Secretária:*** Marian Natalie Meisen (CCT), ***Tesoureiro:*** Nazareno Schmoeller (CCSA), ***1º Tesoureiro:*** Valcir de Amorim (DAF), ***Diretora de Cultura e Cuidados com a Saúde:*** João Luiz Gurgel Calvet da Silveira, ***Diretor de Imprensa e Comunicação:*** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), ***Diretora de Assuntos Jurídicos:*** Morilo José Rigon Júnior, ***Diretora de Formação e Relação Sindical:*** Nevoni Goretti Damo (CCS)

CONSELHO FISCAL
Efetivos: Edemar Valério Mafra (NRTV), Leandro Junkes (Biotério Central) e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)
Suplentes: Márcio C. de Souza Rastelli (CCS), Selézio Rodrigues (DAC) e Wanderley Renato Ortunio (Etevi)

Projeto gráfico: Ana Lucia Dal Pizzol

Tiragem: 2.000 cópias. ***Gráfica:*** Grafinorte S/A (Apucarana, PR) - (41) 3598.1113 ou (41) 9926.1113

Jornalista Responsável: Magali Moser - MTB/SC 02353 JP

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

sinsepes

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do Sinsepes (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da Furb - Rua Antônio da Veiga, anexo à cantina central - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br

INTERNAS

FURB RETOMA RDC APÓS 10 ANOS

Uma noite cultural, dia 10 de novembro, quinta-feira, vai marcar o relançamento da Revista de Divulgação Cultural (RDC). Será no saguão de entrada da biblioteca central, às 20h. No mesmo evento será comemorado os 30 anos da Editora da FURB. A RDC ficou dez anos sem circular, sendo interrompida no início da gestão do ex-reitor Eduardo Deschamps. Dia 10 será lançado o número 89 da publicação. "A RDC não se preocupa em fazer política universitária, ela quer divulgar a universidade de forma indireta", comenta o coordenador da RDC, Maicon Tenfen. A tiragem é de 1 mil exemplares, sendo distribuída gratuitamente em escolas, universidades e bibliotecas. A assinatura da revista bianual custará R$ 39,90. A RDC circulou de 1977 a 2006.

CURSO DE TEATRO DA FURB TEM NOVA COORDENAÇÃO

Com a saída de Pita Belli, o professor Roberto Murphy assumiu a coordenação do curso de Teatro desde 1º de agosto. Paralelamente, ele acumula funções como produtor teatral do Grupo Teatral Elementos em Cena, na coordenação no Espaço Plural, e nas atividades ligadas ao teatro no SEST/SENAT. Mestre em Teatro pela UDESC e há 14 anos como docente do curso, Murphy entende que os principais desafios na função é fazer com que se tenha mais alunos, o fortalecimento da equipe docente, o aprimoramento infraestrutural do curso e o aumento da visibilidade do curso que é o segundo mais antigo da área em Santa Catarina. Além disso, o foco também está na renovação do Plano Político Pedagógico, o PPP. O curso de Teatro da FURB é derivado do curso de Educação Artística e é oferecido na instituição desde 1996.

DEPARTAMENTO DE LETRAS PROMOVE CONCURSO DE LITERATURA

O Departamento de Letras da FURB promove o 1º Concurso "Novos Talentos da Literatura José Endoença Martins" 2016/2017. As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas até o dia 30 de junho do ano que vem. São cinco categorias: Romance, Conto, Poema/Poesia, Infanto-Juvenil e História em Quadrinhos. A iniciativa conta com a parceria do Núcleo de Estudos Linguísticos e do Centro Acadêmico dos Estudantes de Letras. José Endoença Martins é professor universitário, com dois doutorados: Estudos Literários (UFSC, 2002) e Estudos da Tradução (UFSC, 2013). Leciona literatura e teoria literária. Como pesquisador, desenvolve estudos sobre a literatura afro-descendente. Como escritor, publicou duas dezenas de obras, entre poemas, ensaios, contos teatro, romances. É professor aposentado da FURB.

FOTO: MAGALI MOSER

SERVIDORES DA FURB SE MOBILIZAM NA LUTA POR NENHUM DIREITO A MENOS

A Assembleia extraordinária dos servidores convocada pelo SINSEPES dia 17 de outubro lotou o auditório do bloco J da FURB. Por mais de duas horas de reunião, a categoria esteve mobilizada na discussão de assuntos de seu interesse e da universidade. Foram quatro os pontos de pauta: 1. Substituição de membros da diretoria; 2. Discussão e deliberação sobre férias coletivas e abono de férias; 3. Minuta de Resolução que trata do abatimento de encargos educacionais para servidores e seus dependentes; 4. Ato público em relação a PEC-241. Mais de 80 trabalhadores assinaram a lista de presença da assembleia. Consciente do engajamento e da participação, a categoria foi unânime na defesa da luta permanente pela manutenção dos seus direitos.

A substituição dos membros da diretoria abriu a discussão da assembleia. A diretora de Assuntos Jurídicos, Ivone Lixa e a diretora de Cultura e Cuidados com a Saúde, Regiane Souza Stuepp, deixaram os cargos e foram substituídas respectivamente pelo técnico de Laboratório do Departamento de Ciências Naturais e Exatas Morilo José Rigon Júnior e pelo professor do Curso de Odontologia João Luiz Gurgel. Em seguida, o debate se concentrou na discussão e deliberação sobre férias coletivas e abono de férias, além da Minuta de Resolução que trata do abatimento de encargos educacionais para servidores e seus dependentes. Nos pontos 2 e 3, decidiu-se a elaboração de um documento oficial pelo SINSEPES (publicado como editorial nesta edição) deixando claro que a categoria não aceitará nenhum direito a menos. Para encerrar a reunião, o presidente do SINSEPES, Ralf M. Ehmke divulgou o ato público em relação à PEC 241, que congela investimentos em saúde e educação pelos próximos 20 anos. Ele explicou que o SINSEPES faz parte do Fórum dos Trabalhadores de Blumenau, que reúne sindicatos de trabalhadores de diferentes categorias, e divulgou o apoio e chamada para a manifestação que ocorreu dia 21 de outubro (*mais detalhes nas páginas 13 e 15*). Foi uma forma de demonstrar a posição do SINSEPES contrária à PEC e chamar a atenção do público para o projeto. A proposta do governo Michel Temer de alterar a Constituição para congelar, por duas décadas, os investimentos em saúde e educação, entre outros gastos públicos, foi aprovada dia 10 de outubro na Câmara. Após um banquete oferecido a deputados pelo presidente na véspera, 366 votaram a favor da chamada PEC 241, 58 acima do necessário. Para ser aprovada de vez na Câmara, a medida ainda precisa passar por uma segunda votação, o que deve ocorrer nos próximos dias. Depois segue para o Senado, onde também será submetida a duas apreciações em plenário.

FURB INTEGRA CAMPANHA "16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES"

A partir deste ano a FURB integrará a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. A iniciativa acontece desde 1991, e mobiliza cerca de 160 países. As atividades ocorrem os dias 21 de novembro e 09 de dezembro, envolvendo temáticas capazes de mobilizar reflexão e compromisso pelo Fim da Violência Contra a Mulher. As ações da campanha são diversas: teatro, palestras, vivências terapêuticas, debates, simpósios, rodas de conversa, projeção de filmes... Uma reunião dia 21 de outubro na sala I 601, definiu algumas daas atividades que representarão a FURB na Campanha.

A Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres é uma mobilização anual, praticada simultaneamente por diversos atores da sociedade civil e poder público engajados nesse enfrentamento. No Brasil, a Campanha acontece desde 2003.

EDUCAÇÃO POLÍTICA É EDUCAÇÃO PARTIDÁRIA?

A escola não tem um partido, mas de forma alguma é neutra. Seu papel não é mera reprodução de conteúdos.

POR KARLA LUCIA BENTO

Professora de Educação Básica e Ensino Superior, Mestra em Educação, e doutoranda em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Desenvolvimento Regional da FURB <bento.karlalucia@gmail.com>

PIXABAY

Precisamos conversar sobre a *Escola Sem Partido*. Projeto que coloca professores e professoras como doutrinadores e imbeciliza os estudantes. Começamos pelo título falacioso atribuído ao projeto, ou a síntese da sua identidade: *Escola Sem Partido*. Nos leva a entender que as escolas, atualmente, possuem um partido político. Você sabe me dizer qual é o partido da sua escola? Todas as pessoas que convivem neste espaço têm posicionamentos político-partidários idênticos? Creio que não! É, portanto, um título mentiroso! Até mesmo nas redes que insistem em indicar diretores pelas suas preferências, simpatias e filiações partidárias, as escolas não possuem um partido. É notório que o título quer mesmo é confundir a sociedade de forma geral que pode ficar assustada com a possibilidade de uma escola partidária.

“A escola não é partidária, mas sem dúvida alguma, é política. Nossa sociedade é política! Mesmo aquele que se diz apolítico, assume um posicionamento ideológico e acaba por corroborar a manutenção do status quo vigente. E o que é ser político? Já não é de hoje que se reconhece o ser humano como ser político.

A escola não é partidária, mas sem dúvida alguma é política. Nossa sociedade é política! Mesmo aquele que se diz apolítico, assume um posicionamento ideológico e acaba por corroborar para manutenção do *status quo* vigente. E o que é ser político? Já não é de hoje que se reconhece o ser humano como ser político. Só para ilustrar, tomemos Aristóteles. Para ele, o ser humano é um ser carente e imperfeito que se completa na relação com os outros e com o meio. Esta condição, de acordo com o filósofo, faz do ser humano um ser político. Na origem da palavra, ser político é viver a pólis (cidade) ou gerir, organizar, governar da melhor forma possível. A escola se constitui como espaço de convivência humana, logo, um *espaço político*.

Fiquemos mais um pouco no conceito de “ser político” como aquele que deve gerir, organizar, governar a cidade da melhor forma possível. Pensemos, então, que as decisões, escolhas e posicionamentos vão construindo a sociedade. Mas que sociedade é esta? Justa, solidária e livre? Todos e todas com as mesmas oportunidades? Todas e todos com direitos fundamentais garantidos? Uma sociedade sem preconceitos? Uma sociedade sem miséria, sem fome? Queremos uma sociedade sem intolerância religiosa? Sem racismo? Podemos alcançar esta sociedade sem educação? Quais os espaços, instituições, organizações responsáveis pela educação na nossa sociedade? Temos muitos, sem dúvida: família, mídia, igrejas, associações e organizações governamentais, organizações da sociedade civil e, entre outros tantos, logicamente, a escola.

Parece claro, portanto, que não existe possibilidade de desvincular a escola do seu papel político. Consequentemente, todos os atores envolvidos neste processo também possuem papel político. Isso inclui estudantes, professores e professoras, famílias, equipe gestora, comunidade. A escola é um *espaço plural* porque ela se constitui a partir da convivência de pessoas plurais. A escola não tem um partido, mas tem princípios básicos que devem estar pautados pelo respeito aos direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana. É da nossa Constituição Federal. A escola não tem um partido, mas de forma alguma é neutra. Seu papel não é mera reprodução de conteúdos. Seu papel é político.

Vamos sair desta identidade revelada no título e analisar o texto do projeto. O fundamento é que a prática educativa está impregnada de uma doutrinação político-ideológica e que os estudantes são alvo fácil e o elo frágil desta relação. Definitivamente, estes senhores que redigiram o texto não fazem a menor ideia

do que acontece nas salas de aula. Quem vivencia estes espaços sabe bem que, nem os professores são tão poderosos, muito menos os estudantes são assim influenciáveis. Estudantes, caros políticos, pensam por si mesmos. Não são vazios para os professores preencherem como bem entendem. Não são meros depositários dos saberes alheios.

É óbvio que não existe neutralidade na prática educativa. Professores se constroem em um contexto formativo, no convívio familiar e social e assumem posições. Professores, como já apontamos, são seres políticos. Suas práticas são fundamentadas em teorias. Durante a história escolar, cada estudante entra em contato com diferentes professores, diferentes histórias e diferentes tendências. A sociedade é plural. A escola é plural. Já este projeto travestido de um discurso de assegurar os direitos dos estudantes, deseja mesmo é que assuntos que desagradam a bancada conservadora do nosso Congresso Nacional passem longe da escola. Não querem uma escola pensante, pulsante e plural. Querem uma fábrica, uma linha de produção homogênea. Querem fantoches e não seres políticos – aqueles que, na origem do conceito, são os que buscam as melhores condições para (com)viver a cidade.

Para convencer as pessoas, o texto destaca partes de leis, trechos que não correspondem à totalidade semântica e que, recortados, levam a interpretações parciais. Um dos argumentos construídos desta forma ressalta que "[..] a exposição, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam estar em conflito com as convicções morais dos estudantes ou de seus pais, viola o art. 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, segundo o qual "os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções." Analisar esta parte da Convenção isoladamente das demais é bem conveniente ao propósito (ou despropósito) deste projeto. Os artigos da Convenção não se sobrepõem uns aos outros, mas se complementam. Sugiro aos senhores políticos que leiam a Convenção na íntegra e aproveitem para considerar vários dos artigos que vêm sendo sistematicamente violados no Brasil atual, como, por exemplo, o da democracia ao promoverem a reforma do ensino médio por meio de medida provisória!

A República Federativa do Brasil tem por objetivos fundamentais "construir uma sociedade livre, justa e solidária" e "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação." A tal escola sem partido desconsidera estes objetivos ao defender exclusivamente que crianças e adolescentes sejam educados conforme as convicções morais e religiosas de cada família, mesmo que isso implique em perpetuar práticas discriminatórias que vêm sendo construídas e reforçadas historicamente. Como parte de um projeto de sociedade justa, solidária e democrática, a escola deve abordar e levar ao debate temas de interesse social – conforme preconiza a Constituição Federal – permitindo e cultivando o livre pensar, o confronto entre distintos pontos de vista, a possibilidade de convivência democrática de opostos.

Diga-se de passagem, o respeito à Convenção se resume a este artigo já que desconsidera a violação aos direitos individuais e direito à vida relacionada a questões de gênero, etnia, religião. O artigo terceiro do tal projeto aponta que "O Poder Público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer o desenvolvimento de sua personalidade em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero." Este tal "Poder Público" ao qual se refere o projeto se materializa na sala de aula na figura dos professores e professoras. A estes é atribuído o "poder" de transformar os "frágeis" estudantes em lésbicas, gays, bis, travestis, transexuais ou transgêneros pelo simples fato de abordarem questões de gênero na escola. Vou chamar de ingênuo o argumento de que a escola e os professores teriam a capacidade e responsabilidade de definir a orientação sexual dos jovens. E para trazer um só contraponto, é possível pensar nos vários outros espaços ocupados pelos jovens e que se ocupam deles. É possível comparar o tempo que permanecem na escola e no convívio com professores em relação a estes outros espaços. À escola, enquanto espaço público e aberto a todos os cidadãos, e aos professores cabe acolher, respeitar e promover o convívio entre as mais distintas orientações dentro dos princípios constitucionais que nos regem.

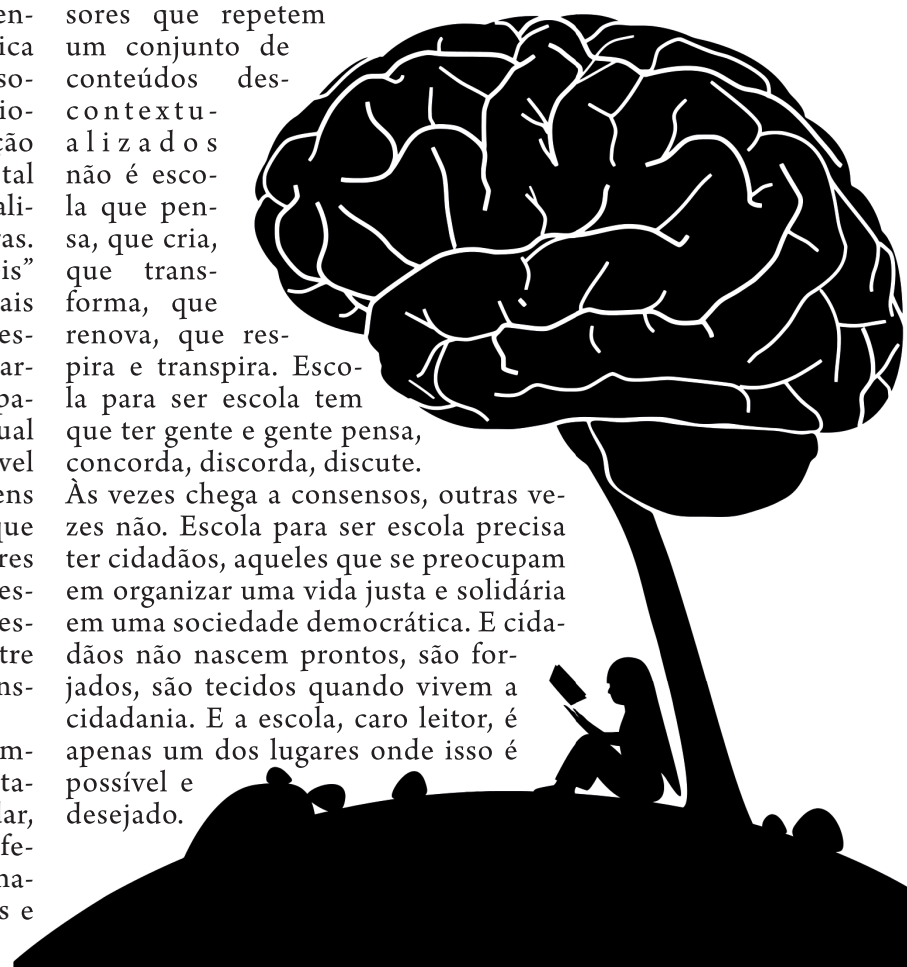
Não é a escola, nem tão pouco os professores que impõem ou determinam orientação sexual. Tenho limitações para entender como que o fato de debater, estudar, compreender, respeitar, conviver com pessoas de diferentes orientações sexuais pode transformar o outro naquilo que ele não é. Se isso funcionasse assim, filhos e filhas teriam sempre a mesma orientação que seus pais e mães, ou seus tutores, ou suas referências sociais. Falar sobre o assunto não muda a orientação sexual de ninguém. Pode revelar, pode favorecer e criar um clima acolhedor para que a pessoa possa ser e estar neste mundo da forma como se vê, como se sente, da forma como ama. Falar sobre gênero não é, de forma alguma, impor uma "ideologia de gênero". Até porque é justamente a falta de debate que cria a falsa imagem de um gênero ideal.

Este projeto ainda afirma que o professor não deve ter liberdade de expressão. Sua liberdade é restrita à liberdade de ensinar. Por si só, este argumento já é inconstitucional na medida em que desconsidera o Artigo 5º da Carta Magna que garante a liberdade de expressão a todo cidadão. A liberdade de ensinar se soma à liberdade de expressão e não se sobrepõe ou suplanta esta. O pluralismo de ideias está no mesmo artigo que garante o pluralismo de concepções pedagógicas. O que o projeto faz é criminalizar o pensamento de forma extremamente subjetiva, dando margem para tantas interpretações que nenhum docente se sentirá seguro para debater e analisar conteúdos relacionados principalmente à história, geografia, sociologia, filosofia. Mesmo os movimentos literários, artísticos ou até descobertas científicas que possam ser contrárias à moral e à religião das famílias poderão ser classificados como "doutrinação ideológica".

"Não querem uma escola pensante, pulsante e plural. Querem uma fábrica, uma linha de produção homogênea. Querem fantoches e não seres políticos – aqueles que, na origem do conceito, são os que buscam as melhores condições para (com) viver a cidade.

Aprender a exercitar a cidadania é um dos objetivos da educação nacional presente na Constituição Federal. Não existe exercício de cidadania sem posicionamento político, sem liberdade de expressão. Isto é base para qualquer Estado Democrático. Este projeto e seus defensores não têm compromisso com a democracia. O compromisso deles é com a pauta conservadora da atual bancada evangélica que, em acordo com as demais bancadas que envolvem o agronegócio, as grandes indústrias e seus empresários, vão colocando na pauta seus interesses, sem nenhum compromisso real com as pessoas. Para ter noção do conjunto da obra, não basta ler este projeto. É necessário conhecer as demais ações e movimentos que o grupo vem fazendo nas redes sociais. Verificar as referências bibliográficas que utilizam para fundamentar a proposta e confrontar com a posição de entidades que reúnem pesquisadores e profissionais da área de educação.

Além disso, é preciso perceber todo o movimento que vem ganhando força na política nacional, sua relação com a economia nacional e global e como isto tem impactado localmente. Diminuição de direitos trabalhistas, congelamento dos investimentos em saúde e educação por vinte anos, reforma do ensino médio por medida provisória, estatuto da família. A tal escola sem partido é uma peça do conjunto da obra que, no fim das contas, responde ao perfil conservador do atual Congresso Nacional. Escola que apenas transmite conhecimento com professores que repetem um conjunto de conteúdos descontextualizados não é escola que pensa, que cria, que transforma, que renova, que respira e transpira. Escola para ser escola tem que ter gente e gente pensa, concorda, discorda, discute. Às vezes chega a consensos, outras vezes não. Escola para ser escola precisa ter cidadãos, aqueles que se preocupam em organizar uma vida justa e solidária em uma sociedade democrática. E cidadãos não nascem prontos, são forjados, são tecidos quando vivem a cidadania. E a escola, caro leitor, é apenas um dos lugares onde isso é possível e desejado.



VOZES DE SABEDORIA

Coral é a mais antiga atividade de extensão oferecida pela FURB. Desde 1993 integra o Programa de Educação Permanente (PROEP), que reúne mais de 200 alunos, a maioria deles, de cabelos brancos e ampla sede pelo aprendizado.

POR MAGALI MOSER

Jornalista <magali.moser@gmail.com>

Uma sintonia de vozes pode ser ouvida no corredor do bloco S da FURB. Os cantos atravessam o silêncio e surpreendem os ouvidos de quem caminha por ali, com um repertório que contempla de música religiosa à MPB. Na sala 125, do Departamento de Artes, cerca de 35 alunos se reúnem todas as quintas-feiras à tarde para os ensaios do coral que leva o nome de Marita Deeke Sasse, em homenagem à professora responsável pela implantação do Programa de Educação Permanente (PROEP) na FURB. É a atividade de extensão mais antiga da universidade (*veja a lista completa de oficinas oferecidas na tabela ao lado*), aberta à comunidade e com participação gratuita. O coral completa 23 anos em 2016, com o desafio de mudar o conceito de envelhecimento e da própria universidade.

O aposentado Arno Stark, 71, é um dos integrantes há três anos. Morador do Bairro Ponta Aguda, descobriu a existência do coral por acaso. "Numa viagem de retorno de Curitiba, sentou ao meu lado uma senhora e me pediu uma tradução de uma música alemã. Eu perguntei o motivo e ela me contou que participava do coral da FURB. Desde então, entrei no grupo e não penso em sair. Eu adoro, faz muito bem. São duas horas que a gente esquece de tudo", conta Stark, com o entusiasmo de um aluno disciplinado.

O PROEP é vinculado à Divisão de Extensão da Pro-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. O programa de ações educativas de caráter permanente é destinado especialmente à educação de adultos acima de 45 anos e de idosos. O programa tem por objetivo refletir sobre o processo de envelhecimento populacional e buscar ações que contribuam na prevenção da saúde física, mental e espiritual no processo de envelhecimento, na descoberta de potencialidades e habilidades de cada um. De acordo com o coordenador do PROEP, Fábio Marcelo Matos, há três anos na função, cerca de 200 pessoas são atendidas hoje nas ações do Programa. "Mas já tivemos um número bem maior. Já chegamos a ter 300 alunos", conta. "O PROEP muda o conceito da própria universidade, especialmente com relação à responsabilidade social. Um dos principais desafios dos novos tempos é o fenômeno do envelhecimento populacional", reconhece, ao enfatizar a necessidade de a universidade se reiventar diante da necessidade e buscar ações de educação permanente.

O regente do coro, professor Eusébio Kohler acompanha as atividades desde o início da implantação do projeto, há 23 anos, assim como alguns dos integrantes. Os relatos de participantes do grupo ouvidos por ele levam a crer que a prática musical contribui no bem-estar e respiração, além de trazer benefícios como a convivência e relação com o grupo. "O canto costuma melhorar os sintomas vocais nos adeptos da prática. Ao longo dos anos precisei entender que o resultado musical não era o único objetivo aqui. Foi preciso reconhecer as próprias limitações e aprender a conviver com isso", revela. "Nesses 23 anos, o que mais admiro neles é a vontade com que fazem isso. A disposição de vir toda a semana, de se encontrar, de cantar... a seriedade e o comprometimento de cada um", celebra o regente.

AFINIDADES ENTRE REGENTE E GRUPO

Assistir a um dos ensaios do coral é perceber as afinidades e sintonias entre regente e grupo. Juntos, vivenciam experiências de troca e aprendizado. Os depoimentos dos participantes impressionam pela maneira como a atividade transformara vidas. Um dos depoimentos emocionados é da integrante Carmem Braga. Quando parou de trabalhar, passou a procurar algo para preencher o tempo. Na FURB lhe ofereceram o curso de Informática e a yoga. "Um dia fui visitar um professor amigo meu na FURB e, no corredor, ouvimos o coral. Ele me perguntou se eu não gostaria de participar. Tive que rir, porque não tenho voz nenhuma, né? Após um semestre, minha cunhada, que havia passado por uma cirurgia muito delicada, comentou comigo que o sonho dela era cantar. Me lembrei da sugestão do meu amigo e aí resolvemos conhecer o coral. Ela se apaixonou primeiro. Para incentivá-la continuei frequentando e quando percebi estava perdidamente apaixonada. A começar pelo Eusébio (nosso anjo) e todos os componentes, cada um com sua linda experiência de vida, histórias, casos e manias", analisa. E continua: "Fomos extremamente bem recebidas, com um amor que só os mais experientes sabem dar. Eles me dão alegrias, risadas, amor, dedicação e paz. Uma grande contribuição na minha vida! Detalhe que continuo sem voz. Mas quem disse que isso é importante?", conclui.

O destaque de Blumenau na expectativa de vida da cidade - que é de 78,6 anos, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - reforça a necessidade de programas de inclusão para os idosos. O PROEP quer se diferenciar neste aspecto e oferece atividades que incluem desde a prática de exercícios físicos ao desenvolvimento de habilidades artísticas e construção da cidadania. No ranking de longevidade, Blumenau figura em 6º lugar entre os municípios catarinenses e 25º entre os brasileiros.

SERVIÇO: Os ensaios do coral ocorrem uma vez por semana, sempre às quintas-feiras, das 15h ás 17h. Interessados devem entrar em contato pelo telefone: 3321 0348, com Leandro.

MAGALI MOSER

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

2º SEMESTRE 2016 (Agosto-Novembro) – Fone: 3321-0348 ou edupermanente@furb.br

EIXO TEMÁTICO		CURSO	HORÁRIO	SALA	Vagas	Total (R$)	Parcelado (R$)
Práticas Artísticas	69.1	Coral	5ª feira: 15:00 – 17:00	S - 125	40 vagas	Gratuito	Gratuito
	72.1	Fotografia Avançada	5ª feira: 14:30 – 17:30	D - 205	15 vagas	650,00	5 X 130,00
	72.2	Fotografia Básica	3ª feira: 14:30 – 17:30	F - 003	15 vagas	650,00	5 X 130,00
	73.1	Atividades Manuais em Madeira (esgotado)	4ª feira: 14:00 – 17:00	Marce-naria	08 vagas	650,00	5 X 130,00
	81	Oficina da Solidariedade	3ª feira: 13:30 – 17:00	L - 102	20 vagas	Gratuito	Gratuito
Educação	60	Curso de Atualização Permanente	2ª feira: 14:00 – 17:30	D - 003	40 vagas	621,60	5 X 124,32
	62	Grupo de Estudo da Doença de Alzheimer e Similares (GEDAZs)	3ª feira: 18:00 – 20:00	L - 102	20 vagas	Gratuito	Gratuito
	66	Grupo de Estudo em Educação Ambiental	4ª feira: 08:00 – 10:30	L - 102	20 vagas	Gratuito	Gratuito
Atividades Físicas	10.1	Hidroginástica [2] (esgotado)	3ª e 5ª feira: 12:00 – 12:50	Piscina	03 vagas	375,00	5 X 75,00
	74.1	Musculação [1]	2ª, 4ª e 5ª feira: 07:30 – 08:20	GE 110	15 vagas	350,00	5 X 70,00
	77.1	Natação [2] (esgotado)	3ª e 5ª feira: 10:20 – 11:10	Piscina	05 vagas	350,00	5 X 70,00
	77.2	Natação [2] (esgotado)	3ª e 5ª feira: 09:30 – 10:20	Piscina	05 vagas	350,00	5 X 70,00
	77.4	Natação [2] (esgotado)	2ª e 4ª feira: 15:30 – 16:20	Piscina	05 vagas	350,00	5 X 70,00
	77.5	Natação [2] (esgotado)	2ª e 4ª feira: 16:20 – 17:10	Piscina	03 vagas	350,00	5 X 70,00
	77.6	Natação [2] (esgotado)	3ª e 5ª feira: 19:20 – 20:10	Piscina	03 vagas	350,00	5 X 70,00
	78.1	Ioga (esgotado)	2ª e 4ª feira: 14:20 – 15:10	R-212	05 vagas	375,00	5 X 75,00
	78.2	Ioga	3ª e 5ª feira: 09:30 – 10:20	R-212	05 vagas	375,00	5 X 75,00
	85.1	Pilates de Solo	2ª e 4ª feira: 11:10 – 12:00	GE 106	03 vagas	375,00	5 X 75,00
	86.1	Hidrocinesioterapia [1 2]	2ª e 4ª feira: 14:00 – 14:50	Piscina	12 vagas	525,00	5 X 105,00
	86.2	Hidrocinesioterapia [1 2]	2ª, 4ª e 6ª feira: 17:10 – 18:00	Piscina	12 vagas	650,00	5 X 130,00
	86.3	Hidrocinesioterapia [1 2] (esgotado)	3ª e 5ª feira: 17:10 – 18:00	Piscina	12 vagas	525,00	5 X 105,00

º Aulas de Agosto a Novembro

[1] Atividade somente com pessoas acima de 45 anos.

[2] Atividades na piscina **-** Obrigatória apresentação do Atestado Médico para uso de piscina coletiva no primeiro dia de aula (entregar na recepção da piscina). Trazer 1(um) cadeado, touca de natação, maiô de natação ou sunga, havaiana, óculos de natação.

FOTOS: MAGALI MOSER

AÇÕES BUSCAM A PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO NA FURB

Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP) promoveu em outubro a 1ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho e Cuidados com a Saúde (SIPATSA)

Os acidentes de trabalho são um dos motivos que mais afastam trabalhadores e funcionários, por longos períodos de tempo da sua jornada profissional. Para evitar simples machucados, ou até lesões mais graves, o trabalho de conscientização da equipe deve ser feito e orientado por profissionais especialistas no cuidado com a saúde do trabalhador.

Esse trabalho de sensibilização é feito pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que é a equipe responsável por avaliar o ambiente em que os funcionários se encontram e apontar os possíveis riscos de suas funções. A Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP) promoveu de 18 a 20 de outubro a 1ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho e Cuidados com a Saúde (SIPATSA). A programação contou com diversas atividades, entre palestras e atividades relacionadas aos cuidados com a saúde, organizadas pelos cursos do Centro de Ciências da Saúde.

Na programação, uma atividade foi voltada exclusivamente à atenção e saúde dos servidores. Ações diversas foram oferecidas com mediações de alunos dos cursos de Farmácia, Biomedicina, Nutrição, Fisioterapia e Enfermagem.

De acordo com a professora do curso de Farmácia, Nevoni Goretti Damo e diretora do SINSEPES, a atividade busca valorizar a conscientização de questões relacionadas à saúde. "O que é feito aqui é uma triagem simples. Mas necessária. Muitas das doenças relacionadas à pressão alta e à glicemia são silenciosas, não têm sintomas, daí a importância desta mobilização", explicou.

A Comissão Organizadora do evento é composta por membros da CISSP e do SESMT e conta, atualmente, com os servidores Bethânia Hering, Carmelo Perotto Zocoli, Elen Letícia Evelyn Paulino e Marian Natalie Meisen, representando a CISSP e Andréia Martini Pilatti, Janete Cristina Stulp e Vanessa Branco, representando o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT).

Criada por meio da Resolução 44, em agosto de 2014, a CISSP tem como objetivo identificar e implementar ações voltadas para a prevenção de riscos à saúde do servidor público da FURB, em especial à melhoria das condições de trabalho, prevenção de acidentes, de agravos à saúde e de doenças relacionadas ao trabalho. A CISSP funciona de forma semelhante à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), instalada nas empresas do setor privado. A CISSP tem os seguintes objetivos: - propor ações voltadas à promoção da saúde e à humanização do trabalho, em especial a melhoria das condições de trabalho, prevenção de acidentes, de agravos à saúde e de doenças relacionadas ao trabalho; - propor atividades que desenvolvam atitudes de corresponsabilidade no gerenciamento da saúde e da segurança, contribuindo, dessa forma, para a melhoria das relações e do processo de trabalho; - valorizar e estimular a participação dos servidores, enquanto protagonistas e detentores de conhecimento do processo de trabalho, na perspectiva de agentes transformadores da realidade.

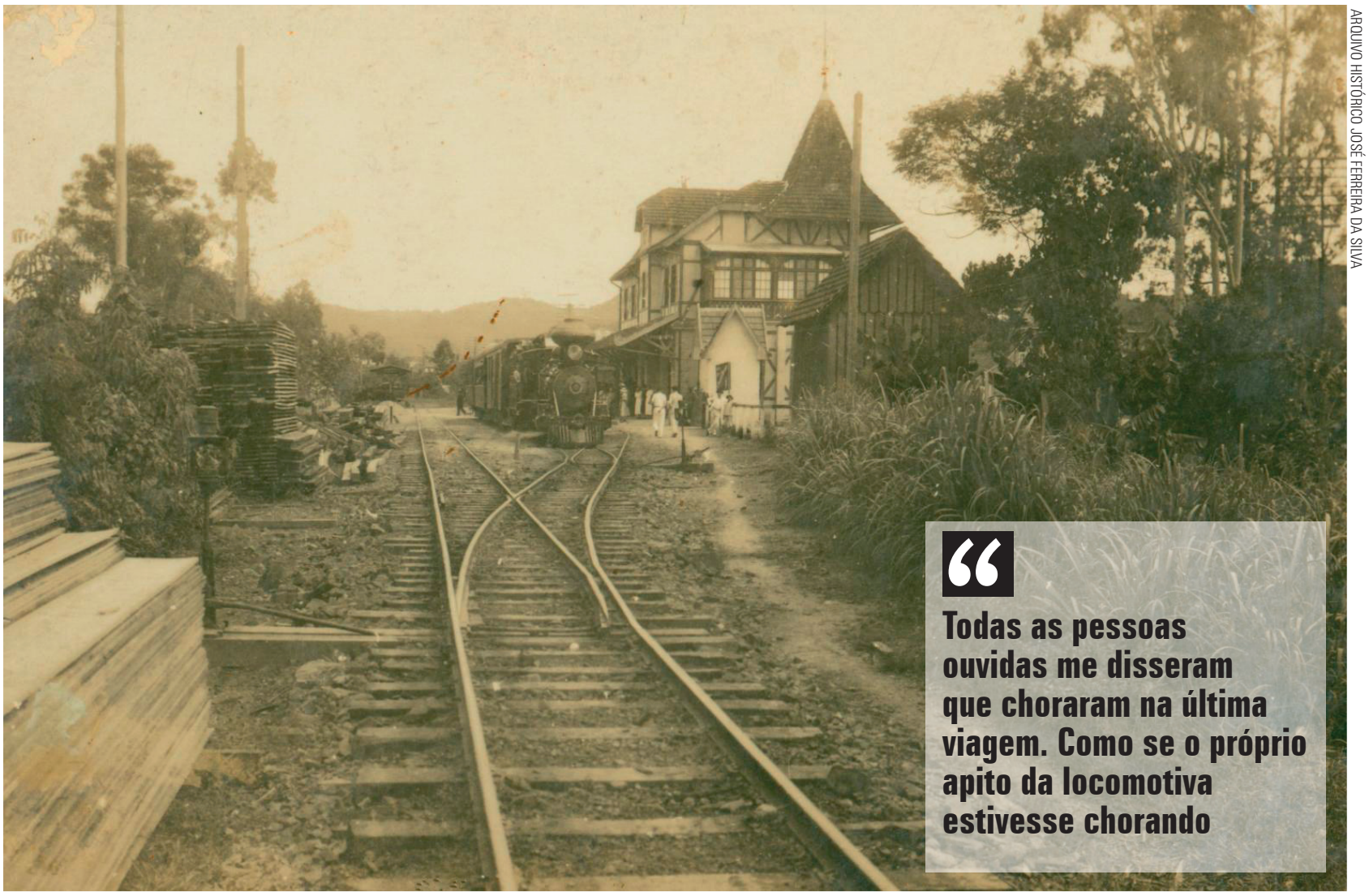
OS NÚMEROS NACIONAIS

A última atualização do anuário estatístico da Previdência Social é de 2013. Entre 2007 e 2013, dos 5 milhões de acidentes de trabalho ocorridos no Brasil, 45% acabaram em morte, em invalidez permanente ou afastamento temporário do emprego. O desembolso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com indenizações aos acidentados neste período foi de R$ 58 bilhões. Além da pensão por morte e invalidez, o INSS paga ainda o salário do segurado a partir do 16º dia de ausência no emprego. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que 2,34 milhões de pessoas morrem a cada ano no mundo em acidentes de trabalho e doenças. Dois milhões dessas mortes seriam causadas por doenças relacionadas ao trabalho. Segundo a OIT, 4% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, o equivalente a US$ 2,8 trilhões, são perdidos por ano em custos diretos e indiretos devido a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

FOTOS: MAGALI MOSER

> **"O que é feito aqui é uma triagem simples. Mas necessária. Muitas das doenças relacionadas à pressão alta e à glicemia são silenciosas, não têm sintomas, daí a importância desta mobilização**

45 ANOS DEPOIS...



ARQUIVO HISTÓRICO JOSÉ FERREIRA DA SILVA

Após a desativação da Estrada de Ferro de Santa Catarina (EFSC), em março de 1971, memórias da ferrovia são registradas no primeiro livro do jornalista Felipe Adam

POR MAGALI MOSER

Jornalista <magali.moser@gmail.com>

O jornalista Felipe Adam desconhecia a experiência de andar de trem quando começou a se interessar por ele. A vivência só ocorreu depois de finalizada sua pesquisa sobre a Estrada de Ferro de Santa Catarina (EFSC) para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na Univali, em Itajaí, em 2013. Mas isso não o impediu de reproduzir a atmosfera e a memória de uma época viva apenas da nostalgia de quem testemunhou os 62 anos de atividades da EFSC. A escolha do tema do TCC uniu a curiosidade do então universitário e o interesse pelas histórias narradas pela mãe, antiga moradora de uma área próxima de uma estação ferroviária, e do pai, residente em Presidente Getúlio, que conheceu Blumenau pela ferrovia. A pesquisa durou três anos e envolveu passagem por museus, bibliotecas, arquivos públicos e entrevistas com cerca de 60 pessoas. O trabalho se transformou no livro *Vagões de Lembranças*, cujo lançamento será dia 9 de novembro, às 19h30min, na Livraria Blulivro, do Shopping Park Europeu, em Blumenau.

O autor utilizou como base outras obras (de autoria de Luiz Carlos Henkels, Fátima Venutti e Angelina Wittmann) sobre o tema, mas garante que este é o primeiro com enfoque jornalístico. É o primeiro livro de autoria do jornalista.

- Este livro não conta a história da estrada de ferro, mas a história daqueles que fizerem a história. A história dos personagens – relata, sem esconder a paixão pelo chamado jornalismo literário, movimento baseado na aproximação entre jornalismo e literatura, e a inspiração em autores consagrados em nível nacional, como Ruy Castro e Lira Neto.

180 QUILÔMETROS DE NOSTALGIA, DE ITAJAÍ A AGROLÂNDIA

A EFSC foi a única estrada de ferro construída com capital e tecnologia alemã, e desempenhou função fundamental no desenvolvimento do Vale do Itajaí. A inauguração do primeiro trecho, um trajeto de 30 quilômetros entre Blumenau e Warnow, em Indaial, ocorreu em 3 de maio de 1909. A extensão total da ferrovia foi de aproximadamente 180 quilômetros, de Itajaí a Agrolândia. O livro assinado por Adam reúne 25 capítulos, cada um conta a história de uma estação. A narrativa passeia pela história da EFSC desde a inauguração à última viagem de trem, em 13 de março de 1971.

- Visitei pessoas em todas as cidades da ferrovia, ouvi ex-funcionários, familiares, vizinhos de estações e passageiros. Parecia que a palavra trem servia de senha para ser bem recepcionado por elas. Bastava falar em trem para me receberem, abrirem suas memórias. Todas elas têm uma lembrança muito emotiva. Eu tinha um caderninho onde constavam cinco perguntas bases que fazia para todos os entrevistados, e uma delas era: ‘como foi a última viagem do trem’. Todas as pessoas ouvidas me disseram que choraram na última viagem, como se o próprio apito da locomotiva estivesse chorando – contou o jornalista ao *Expressão Universitária.*

Poucos foram os leitores da obra até então. Um deles é o jornalista Franciso Fresard, o Pancho. Como avaliador da banca de TCC de Adam, Pancho considera o livro como importante recorte de nossa história. “Apesar das pontes de Ferro e dos Arcos, em Blumenau, e de tantas outras em cidades do Vale do Itajaí, poucos se dão conta de que por elas passava diariamente um trem. A composição subia e descia o Vale do Itajaí até o fatídico ano de 1971, levando e trazendo mercadorias, passageiros, riquezas e histórias que ajudaram a construir a nossa região. O resgate feito por Felipe é leitura obrigatória aos que gostam de mergulhar no nosso passado para melhor compreender o que ocorria naquela época e o que temos hoje ao nosso redor”, comentou.

Dos contatos estabelecidos para entrevistas, apenas duas pessoas não quiseram falar sobre o tema com o jornalista, sendo que um deles estava acamado e o filho temia que a entrevista pudesse desencadear emoções, comprometendo o tratamento do paciente. Após diversas tentativas de busca por uma editoria, Adam conseguiu a aprovação do projeto de publicação do livro pelo Fundo Municipal de Apoio à Cultura de Blumenau. O projeto foi contemplado com recursos na ordem de R$ 33.517,65. Com isso, dos 1 mil exemplares produzidos, 300 serão distribuídos gratuitamente para a rede pública de ensino, universidades e Arquivo Histórico.

Com a mudança de foco do governo federal, após 1960, voltando-se para a construção de rodovias e para a indústria automobilística, o transporte ferroviário ficou em plano secundário.

- A nossa EFSC foi deixada falir. Foi deixado os prédios destruírem, os trilhos enferrujarem, os vagões se deteriorarem. Foi um processo político – conclui o jornalista, ao lembrar da valorização do projeto nacional rodoviário em detrimento do ferroviário.

O governo de Santa Catarina, seguindo tendência nacional da época, passou a investir em rodovias. Em setembro de 1960, foi inaugurado o asfaltamento de 49 quilômetros entre Blumenau e Itajaí. Aos poucos, os trechos da ferrovia foram desativados e os vagões silenciados, dando fim a um importante capítulo da história do Vale do Itajaí.

SERVIÇO:
Lançamento do livro “Vagões de Lembranças”, de Felipe Adam, 09 de novembro, às 19h30min, na Livraria Blulivro, no Shopping Park Europeu, na via Expressa, Blumenau (SC). Entrada gratuita e aberta ao público. Valor de lançamento do livro: R$ 24,90. Coordenação Editorial: Soila Freese

DA COMPREENSÃO DO SUICÍDIO AOS TRAJETOS DE VALORIZAÇÃO DA VIDA

De 1996 a 2012, ocorreram 1.267 suicídios na região do Vale do Itajaí, uma média de 8,881 suicídios por 100 mil habitantes, a segunda maior média do Estado. Blumenau é o município com maior número de ocorrências.

POR JOÃO F. HORR E RUAN R. ROSA

Mestre em Psicologia e Professor do Departamento de Psicologia (FURB) e acadêmico do curso de Psiscologia (FURB) respectivamente

PIXABAY

No mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio. Como compreender o suicídio? A palavra "suicídio" tem origem no *latim sui* (de si mesmo) e *cidium* ("morte, assassínio"), forma do verbo caedere ("cortar, matar"). O suicídio é um comportamento autodestrutivo, motivado pelo estado psicológico do indivíduo, suas crenças e normas sociais, caracterizado pela resolução inviabilizadora diante de intenso sofrimento: motivado pela escolha, muitas vezes considerada 'sem saída', de um desfecho letal à vida.

A dinâmica psicológica do suicídio se expressa num ato, muitas vezes sustentado no desespero e na sensação de não 'existir saídas' para o sofrimento. As ideias recorrentes de morte e o planejamento são componentes fundamentais da vivência do suicídio, e neste sentido, a escuta qualificada e a identificação destes comportamentos se configuram como intervenções cruciais na prevenção do ato. Precisamos nos voltar ao fenômeno do suicídio de forma crítica, buscando compreender os impasses que motivam a escolha letal frente ao sofrimento, e delimitar os fatores de risco e de proteção para intervenções efetivas neste fenômeno.

"O suicídio é, fundamentalmente, um fenômeno psicossocial: enquanto no psíquico, expressa o desespero e a vivência de um sujeito em não encontrar saídas que valorizem a vida, no âmbito social expressará as dificuldades de sociabilidade e os valores culturais de um determinado contexto em relação ao sofrimento do outro.

Em Blumenau, e outras localidades do estado, através do suporte da Lei Estadual nº 14.887 de 22/10/2014 e da Lei Municipal nº 7757 de 04/06/2012, acontecem em maio as Semanas de Valorização à Vida, com apoio do Centro de Valorização da Vida (CVV), para marcar o valor do trabalho de apoio emocional e de prevenção do suicídio que a instituição desenvolve há 54 anos no Brasil e há 30 anos em Blumenau. Ainda assim, através de dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Estado de Santa Catarina em levantamento epidemiológico publicado ainda neste ano na revista científica da Faculdade Antonio Meneghetti "Saber Humano" (OLIVEIRA, 2016), as informações sobre o assunto fornecem os seguintes resultados para o período de 1996 a 2012: ocorreram 1.267 suicídios na região do Vale do Itajaí, com média de 8,881 suicídios por 100.000 habitantes ao ano, representando a segunda maior média do Estado; Guabiruba foi o município com maior média no período (16,857 s/h) e Blumenau o município com maior número de ocorrências (377).

A pesquisa apresenta dados quantitativos relativo à região do Vale do Itajaí, e destes destacamos alguns que nos chamam atenção: por ano, em média, 14 homens e 3 mulheres cometem suicídio, e quanto maior a faixa etária, maior a incidência de casos, para ambos os sexos. A maior taxa foi encontrada entre homens entre 70 e 79 anos. Outros dados apontam as ocorrências mais entre pessoas casadas do que pessoas solteiras, em maiores proporções do que outras regiões do estado. Aponta que o enforcamento é o principal método utilizado, seguido de arma de fogo entre homens e intoxicação entre mulheres. Por fim, o estudo nos mostra que é no mês de dezembro que se concentra o maior número de ocorrências.

Portanto, a partir destes dados, podemos produzir reflexão sobre o suicídio para além do desfecho letal de um indivíduo. O suicídio é, fundamentalmente, um fenômeno psicossocial: enquanto no psíquico, expressa o desespero e a vivência de um sujeito em não encontrar saídas que valorizem a vida, no âmbito social expressará as dificuldades de sociabilidade e os valores culturais de um determinado contexto em relação ao sofrimento do outro. Uma das estratégias fundamentais na prevenção ao suicídio é a identificação de ideias e do planejamento no ato, o que coloca uma questão crucial: até que ponto uma cultura individualista e autocentrada está disposta a escutar o outro e demonstrar empatia perante a sua dor? Quem pode identificar isso? Quem pode e quem deve escutar? Todas as pessoas ou apenas aquelas especialistas da psiquiatria, da psicologia e da assistência social? Evidentemente que a produção de conhecimento, as ações de organizações não-governamentais e a construção de políticas públicas efetivas são essenciais para a compreensão, para a prevenção e enfrentamento desse fenômeno. Mas por ser algo que atravessa todas as pessoas - a vida, o viver -, não seria um tema que por si só nos inquietaria e nos provocaria a pensar novos caminhos e novas formas de produzir nossas relações?

O sociólogo e filósofo Jacques Leenhardt, em "Silêncio e linguagens da dor" (USP, 1995), nos provoca a pensar uma forma de reconstruir a nossa consciência em relação a este estado subjetivo da dor como um fenômeno persistente, através da compaixão: "[...] é por intermédio da compaixão, atitude psicoestética que Barthes admitia estar cada vez mais em desuso, que eu paradoxalmente participo da dor do outro (dor que, por definição, é muda), pois essa emoção, na qual eu me implico inteiramente implicando o outro, vincula-nos numa história que nos torna semelhantes e igualmente sujeitos à morte:

"é da minha própria morte, como horizonte da dor do outro que eu tomo consciência frente àquele cujo sofrimento eu vejo. De um modo fugidio e frágil, um terceiro termo assegura, em tal instante de emoção e de tomada de consciência simultâneas, a passagem entre a clausura daquele que sofre na sua dor e minha posição de espectador estrangeiro. A compaixão é precisamente essa emoção pela qual se reconstrói a consciência de uma humanidade em geral (1995)".

Sendo assim, a configuração dos atos suicidas, através de levantamentos epidemiológicos, nos provoca a repensar a cultura em relação ao sofrimento do outro e também fornece subsídios essenciais para o planejamento de políticas públicas. É necessário avançar na problematização da temática, superando os silenciamentos e fornecendo programas qualificados para profissionais com ênfase intersetorial, com indicadores de risco e de proteção dentro de cada enquadre sociocultural.

O CVV - Centro de Valorização da Vida realiza apoio emocional e prevenção do suicídio, com atendimento voluntário e gratuito. Acesse www.cvv.org.br ou ligue para (47) 3329-4111.

O QUE RESTA DE 2016 PARA O JORNALISMO BRASILEIRO?

Atordoada como as demais instituições, a mídia tentou ler os sinais enviados das ruas, mas assim como o governo, mostrou-se míope.

POR ROGÉRIO CHRISTOFOLETTI

Professor de Jornalismo na UFSC e pesquisador do objETHOS - < rogerio.christofoletti@uol.com.br >

É comum dizer que as coisas só começam a funcionar no Brasil depois do Carnaval. Neste ano em particular, a vida andou tão arrastada que foi preciso passar pelo reinado de Momo, por Jogos Olímpicos no Rio, pelo desgastante processo de impeachment de Dilma Rousseff e por eleições municipais. Só agora – às vésperas de novembro –, temos condições de dizer: 2016, finalmente, pode começar!

Com esse ajuste de calendário, restaria uma agenda ao mesmo tempo urgente e permanente. No caso do jornalismo, sobreviver às crises e redefinir seus papeis junto à sociedade são dois compromissos inadiáveis, tão imperiosos quanto complexos. "Crise" foi grafada no plural porque não estamos apenas nos referindo às dificuldades financeiras da indústria do setor, com o encolhimento das verbas publicitárias, o fechamento de postos de trabalho, a queda de tiragens e audiências, e a extinção de marcas e veículos de comunicação. Não se pode perder de vista também que a crise no jornalismo embute questionamentos sobre credibilidade, exclusividade e limites de atuação. Daí a necessidade de estabelecer novas funções para o jornalismo, ou quem sabe revitalizar as velhas...

De maneira inédita, desde junho de 2013, tem ocorrido na sociedade brasileira um acirramento das polarizações políticas. Reivindicações pela melhoria de serviços públicos, críticas à política tradicional e descrença nas instituições pareciam, inicialmente, pontos de tensão esparsos, mas a não superação desses impasses vem revelando uma abrangente colcha de retalhos que a todos cobre, quando não sufoca.

Atordoada como as demais instituições, a mídia tentou ler os sinais enviados das ruas, mas assim como o governo, mostrou-se míope. O resultado imediato é a perda de confiança do público e um consequente rechaço. Por isso também, cada vez mais, se percebe que os meios convencionais não dão mais conta de abastecer de notícias a sociedade. Ganham espaço e relevância os alternativos, que se multiplicam a olhos vistos e que encontram reconhecimento. No Festival Gabriel García Márquez, que premia o jornalismo ibero-americano, veículos não-tradicionais foram os grandes vencedores em 2016.

O jornalismo mainstream se mantém em linha reta, mesmo que isso possa levar ao precipício. Enquanto a sociedade se polarizava diante da ruidosa Operação Lava-Jato, das numerosas denúncias de corrupção e do derretimento do governo Dilma, o jornalismo tradicional trabalhou para acirrar os extremos. Fez vistas grossas para a fragilidade do argumento que serviu de base para afastar a presidente – não está claro ainda se pedaladas fiscais são mesmo crimes de responsabilidade -, combateu e criticou os abusos de poder de forma seletiva – o que deu espaço para a atuação estratégica de Eduardo Cunha – e foi reverente e até pusilânime em relação aos movimentos de Michel Temer para se fixar como primeiro homem da república. O "conjunto da obra" permitiu que setores cada vez mais numerosos e bem definidos da sociedade classificassem a imprensa tradicional como um dos atores que protagonizaram o golpe de estado. Judiciário e Parlamento são seus parceiros nesse processo.

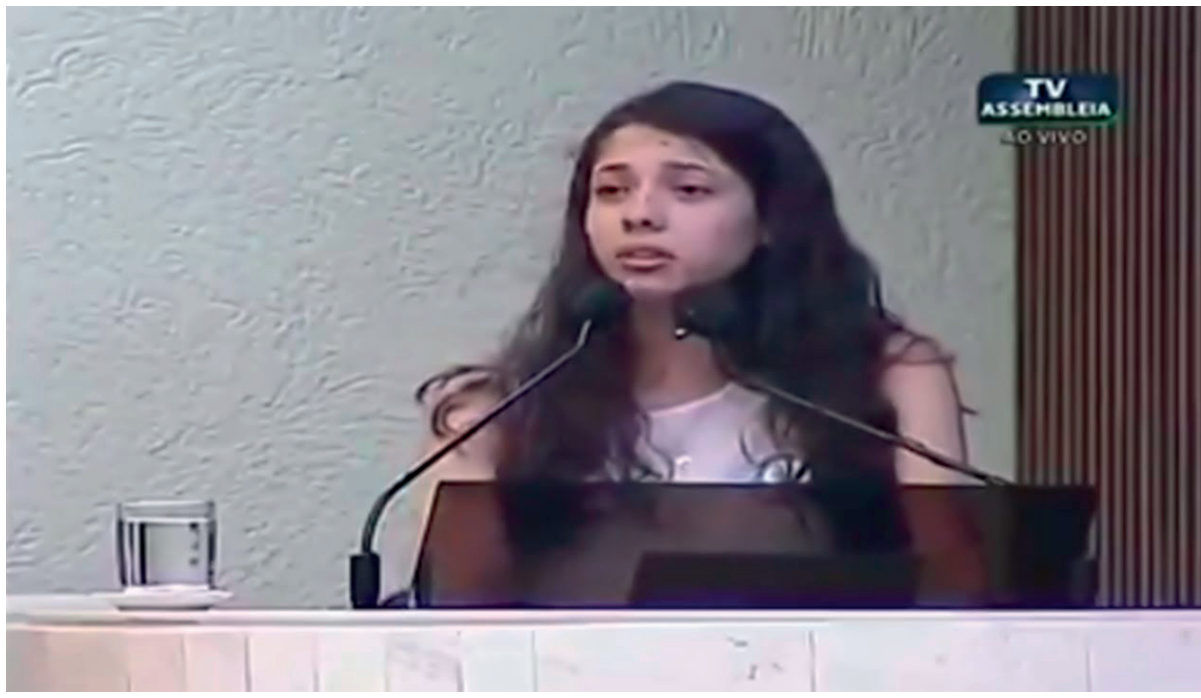
Não está totalmente claro se as empresas jornalísticas aderiram ao golpe por convicção ideológica, conveniência mercadológica, por ambas, ou por reflexo condicionado, dado seu histórico de apoios anteriores a medidas de exceção. O fato é que o noticiário insistente acirrou posições, intensificou a polarização política e não necessariamente contribuiu para uma sociedade brasileira melhor. Ao assumir a presidência definitivamente, Michel Temer disse ser necessário unir e pacificar o país, lançando aos quatro ventos que vivíamos uma guerra civil ideológica. Os poucos meses que nos separam da promessa mostram que nem o governo nem o jornalismo conseguirão aplacar os ânimos nacionais.

Temer empreende um acelerado processo de desmonte da EBC, fortalece os laços com os conglomerados de mídia e se distancia cada vez mais da plataforma eleitoral que o elegeu na chapa de Dilma. Por sua vez, a mídia convencional insiste na criminalização dos movimentos sociais, na perseguição a manifestantes e àqueles que protestam contra as ações do governo. O comentarista da Rede Globo e da Rádio Estadão, Alexandre Garcia, chegou a "sugerir" que estudantes secundaristas que ocupam escolas pelo país contra a reforma do ensino médio façam redações para justificar suas atitudes. O posicionamento francamente discriminatório e abertamente adesista ao governo contrasta com a complexidade do problema, conforme expôs o jornalista João Filho no The Intercept Brasil.

Na Folha de S.Paulo, o ministro do Supremo Tribunal Eleitoral, Gilmar Mendes, disse que as ocupações nas escolas "encareceram" as eleições em Santa Catarina e Curitiba, declaração que mais uma vez se utiliza de argumentos financeiros pretensamente responsáveis para discriminar e perseguir ações políticas aceitáveis e esperadas em regimes democráticos.

Pode parecer utópico e inocente esperar que se conte no Brasil com uma mídia que distensione, que atue para desmarcar bombas e não montá-las. Em outros países, é possível observar uma mídia para a paz, que envida esforços para a promoção do entendimento e de um bem comum. Na Colômbia, por exemplo, uma parcela grande do jornalismo convencional transcendeu os interesses imediatos de um governo de ocasião ou outro. Reduzir a violência endêmica e aproximar contrários para uma coalizão nacional passou a ser um interesse maior que as conveniências imediatas de um grupo ou outro.

No caso do Brasil, Michel Temer quer pacificar para poder governar com mais tranquilidade. O jornalismo nacional ainda joga fichas no conflito, nas rusgas e no desacerto. Estabelecer novos pontos de contato com o público consumidor de notícias poderia refrescar as relações com a sociedade e redimensionar os papeis sociais da mídia. Horizontalizar o diálogo com as audiências, ir além do senso comum e não se seduzir com os acenos do governo tornariam veículos e jornalistas mais livres para operar. Seria mais ou menos algo como o jornalismo fazendo... jornalismo! Mas quem aí está disposto a assumir novos compromissos para este ano?



Ana Júlia fala na tribuna da Assembleia Legislativa do Paraná (FOTO: REPRODUÇÃO/ YOUTUBE)

O dramático nessa situação toda é que, se existe essa agenda e se 2016 pode finalmente começar, logo-logo estaremos a desligar os motores. Isso costuma acontecer na metade de dezembro, quando estamos de olho nas festas de final de ano. Se repetirmos o comportamento, estaremos mais uma vez desperdiçando tempo, energia e a oportunidade de restabelecer um jornalismo ético, responsável e melhor.

Texto publicado originalmente no portal ObjETHOS - objethos.wordpress.com/

DE CURRAIS E CARICATURAS

Vivemos num período tão complexo que talvez seja impossível encontrar alguém que possa se definir sem ressalvas. Apelar para o estereótipo tornou-se a saída mais cômoda.

POR MAICON TENFEN

Escritor e professor de literatura da furb < tenfenmaicon@gmail.com >

Parte do terreno onde hoje fica a Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, já foi um campo de concentração — sim, com todas as letras. Às vésperas da II Guerra Mundial, com a "campanha de nacionalização" promovida pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, milhares de colonos que não falavam português — e por isso representavam uma "ameaça" à nação — foram confinados em gigantescos currais de arame farpado. Muitos tiveram a saúde arruinada para sempre. Alguns morreram devido aos maus-tratos e à falta de assistência médica.

Nas colônias teuto-brasileiras de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul seguiu-se um silêncio cultural que durou mais de vinte anos. Jornais semanais e diários, editoras, sociedades dramático-musicais, escolas primárias e outras instituições que funcionavam em alemão deixaram de existir da noite para o dia. Os mais velhos pararam de ensinar sua língua aos filhos e netos, que passaram a ter vergonha do idioma e de tudo o que ele representava, incluindo as características étnicas dos falantes. "Alemão batata" e "alemoa tansa" são expressões que sobreviveram àquela época.

Centenas de milhares de descendentes de alemães poderiam ser automaticamente bilíngues nos dias de hoje. Infelizmente, apesar de termos sobrenomes europeus e — motivo de piada — sotaques remanescentes da língua que nos roubaram, pouco ou nada sabemos de alemão. A perda é incalculável, principalmente se considerarmos que, no mundo das comunicações instantâneas, uma segunda língua é requisito-chave para intercâmbios culturais e crescimento profissional. Existe algum culpado por essa desgraça? O Estado brasileiro, é óbvio, que não hesitou em perseguir parte da população com uma política imoral, apressada e truculenta.

Nada mais coerente, portanto, do que criarmos um movimento em busca de indenização, certo? Errado. O exemplo anterior serve apenas para mostrar que as coisas não são tão simples quanto parecem. Nos anos 1940, os japoneses que viviam no Brasil sofreram ainda mais que os alemães. O mesmo pode ser dito de judeus, árabes, poloneses e italianos. Não foram apenas os índios e os negros que padeceram nas garras de um Estado imaturo e elitizado como o nosso, ainda que tenham padecido numa escala maior e mais documentada. Se procurarmos nos livros certos, descobriremos que todos os grupos étnicos, religiosos e sexuais teriam direito a alguma forma de reparação.

Pois é aí que reside o problema.

Se você acredita que desencavar rancores contribui para o amadurecimento do país, está guiando por uma contramão arriscada, da qual é sempre difícil retornar. Em vez de resolverem as demandas das quais se originaram, as iniciativas de reparação histórica e as admoestações politicamente corretas que as acompanham têm o poder de complicar ainda mais a situação. Normalmente transformam-se em bandeiras de políticos irresponsáveis que querem ver o circo pegar fogo para se dar bem nas urnas. As consequências são evidentes: mais do que polarizada, a sociedade brasileira está "guetificada", e não apenas por razões étnicas ou político-partidárias.

Das igrejas que lutam contra a descriminalização do aborto aos coletivos feministas sediados em universidades, das ações dos grupos LGBT às bancadas conservadoras que cunharam a expressão "heterofobia", parece que todo mundo quer vestir a capa do Supercidadão e sair voando para salvar o planeta. De repente começamos a nos ver como membros de clãs que sentem a obrigação de erigir totens para impor nossa verdade à vizinhança. Quem discorda é "ignorante" e por isso merece a fogueira. Nunca é demais lembrar que a ascensão dos movimentos de autoafirmação minoritária foi uma das maiores vitórias do nosso tempo, mas — muita calma nessa hora — a radicalização de palavras de ordem e o resgate forçado de ressentimentos transformaram essa conquista numa faca de dois gumes.

Vivemos num período tão complexo que talvez seja impossível encontrar alguém que possa se definir sem ressalvas. Diante da confusão, apelar para o estereótipo tornou-se a saída mais cômoda. De todas as caricaturas que passaram a simbolizar as mazelas da humanidade, o Homem Branco Ocidental parece ser a mais recorrente, como se todos os homens brancos, sem exceção, fossem racistas, machistas e homofóbicos. Se você pertence a esse grupo, já deve ter sido silenciado em algum debate por aí. Não importa sua opinião, se é a favor ou contra, pois já foi tachado como o machista do grupo e ponto-final. Em compensa- ção, a caricatura que se costuma desenhar como resposta também não deixa de ser injusta: a feminista furibunda que pensa pouco e grita muito é outro dos estereótipos que criamos para empobrecer o debate.

Ninguém gosta de receber lições de moral por aquilo que é. Por isso, antes de leis arbitrárias elaboradas por "iluminados" e impostas a uma população que ainda não teve tempo de digerir preconceitos ancestrais, precisamos é de educação igualitária e multicultural para todos. Conhecer a cultura daqueles que consideramos diferentes é a melhor maneira de nos aceitarmos coletivamente, e não apenas de nos "tolerarmos". A "guetificação" não é boa para ninguém. Se insistirmos nisso, acabaremos voltando aos currais de arame farpado.

Texto originalmente publicado na Revista Veja - 12 de outubro de 2016.

YOANA CARMO/COLETIVO LENTE CRUA

BLUMENAU SE MOBILIZA CONTRA A PEC 241 E A REFORMA NO ENSINO MÉDIO

As resistências à PEC 55, que tramitou na Câmara como PEC 241, levarão trabalhadores a uma uma manifestação geral no país no dia 11 de novembro, segundo a Central única dos Trabalhadores, a CUT. O dia 11 é chamado de "Dia Nacional de Greve e Paralisação", que chama a atenção da classe trabalhadora para a PEC 241 e o avanço da reforma da Previdência e Trabalhista no Congresso. Em Blumenau, um ato está previsto envolvendo assembleia dos trabalhadores como professores do Estado, dos servidores públicos municipais, além de trabalhadores têxteis em porta de fábrica, incluindo uma possível paralisação dos bancários e dos trabalhadores do IFC. O ato está marcado para às 11h, em frente à Catedral São Paulo Apóstolo.

Após o dia 11, as centrais sindicais se reunirão para planejar os protestos e manifestações para o dia 25 de novembro. Munidos com faixas de protesto, estudantes, professores e lideranças comunitárias e sindicais tomaram as ruas de Blumenau em 21 de outubro, sexta-feira, contra a PEC 241, que congela investimentos em saúde, educação e outros setores públicos pelos próximos 20 anos. A mobilização foi organizada pelo Fórum dos Trabalhadores de Blumenau (FTB), que reúne sindicatos de trabalhadores de diferentes categorias. A concentração foi na prefeitura de Blumenau e seguiu pelas ruas Sete de Setembro e Antônio da Veiga até chegar à FURB. A manifestação passou por todos os blocos do campus 1 da universidade (*veja mais fotos na página 15*).

De acordo com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), 1.197 locais estavam ocupados por estudantes em todo o país na última contagem feita até o fechamento desta edição em 1 de novembro. O número inclui escolas, institutos federais e universidades federais. As ocupações são em manifesto contra medidas do governo, entre elas a MP e a PEC 55, a antiga 241. A proposta da Proposta de Emenda Constitucional é criar um teto para os gastos públicos. Ela, se aprovada, ocasionará o congelamento das despesas do Governo Federal com saúde, educação e outros gastos públicos por até 20 anos. Aprovada na Câmara, em segundo turno, em 25 de outubro, a PEC 241 segue para o Senado como PEC 55. Na Câmara, foram 116 votos contrários e 359 votos a favor, 51 a mais que o mínimo necessário. A votação da PEC, no plenário do Senado, ocorre em 29 de novembro, em primeiro turno, e no dia 13 de dezembro, em segundo turno. Para que a proposta passe a valer e a fazer parte da Constituição Federal, o texto precisa ser aprovado por 49, dos 81 senadores.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR DIVULGA NOTA DE REPÚDIO A MP 746/16

Em nota de repúdio, a Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, o ANDES-SN, manifesta seu total repúdio à MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016. Em sua emenda, a MP estabelece alterações na estrutura do ensino médio, dentre elas a restrição da obrigatoriedade do ensino de arte, filosofia, sociologia e educação física, a mudança para o ensino de tempo integral e a possibilidade de profissionais sem formação poderem ministrar aulas.

"Mudanças no sistema educacional não podem ser realizadas de maneira impositiva, por meio de um instrumento antidemocrático como uma Medida Provisória, ignorando o que as entidades acadêmicas, sindicatos de professores e técnicos em educação, além de movimentos estudantis têm acumulado ao longo do tempo. As propostas apresentadas, desta forma autoritária refletem, de maneira explícita, a finalidade de atuação deste governo que é unicamente servir ao grande capital de modo rápido, bárbaro e violento", parte da nota do ANDES-SN.

A Medida determina um novo modelo para o ensino médio, no qual o estudante pode escolher parte da própria formação e a jornada escolar é ampliada para sete horas diárias. O ensino de Língua Portuguesa e Matemática podem tornar-se obrigatórios nos três anos do Ensino Médio, porém restringe a obrigatoriedade do ensino de Arte, Filosofia, Sociologia e Educação Física à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, tornando-as opcionais. De acordo com a nota de repúdio, "a não obrigatoriedade do ensino de educação física e artes para o ensino médio, articulada à política de cortes de verbas, indica um dos aspectos mais perversos da mercantilização da educação: a da gradativa eliminação de conteúdos. Flexibilizar a oferta destas disciplinas significa, na prática, retirá-las do currículo do Ensino Médio para economizar gastos que irão alimentar o sistema da dívida pública, reforçado pelo novo ajuste fiscal proposto pela PEC 241. Para desviar mais verba pública para alimentar os ganhos do sistema financeiro, será imposto um sistema de ensino em que os estudantes estarão privados de uma pluralidade de saberes e conhecimentos necessários para garantir a formação cidadã e a conquista da autonomia intelectual".

Cerca de 1,2 mil horas, metade do tempo total do Ensino Médio, serão destinadas ao conteúdo obrigatório definido pela Base. No restante da formação, os alunos poderão escolher seguir cinco trajetórias: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas - modelo usado também na divisão das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - e formação técnica e profissional. A medida também amplia gradualmente a carga horária do ensino médio para 7h por dia ou 1,4 mil horas por ano, e as aulas do ensino técnico e profissional poderão ser ministradas por profissionais com notório saber, ou seja, sem formação acadêmica específica na área que leciona.

CURTAS

SEMINÁRIOS DAS LICENCIATURAS, PIBID, PARFOR E PROESDE MOVIMENTAM FURB

Entre os dias 17 e 19 de novembro ocorre o XII Seminário das Licenciaturas, VII Seminário PIBIDI, V Seminário PARFOR e IV Seminário PROESDE. Os eventos reunirão palestra, oficinas, exposições e comunicações. O objetivo geral do evento é aprofundar temáticas, socializar pesquisas e experiências vivenciadas por estudantes e docentes dos cursos de graduação e pós-graduação relacionadas à área de educação básica e ao processo de formação inicial e continuada de professores. Mais informações: www.pibidfurb.com

NEAB/FURB PROMOVE 2ª SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiro da Universidade Regional de Blumenau (Neab/FURB) promove em novembro a 2ª edição da Semana da Consciência Negra. As atividades se concentram entre os dias 20, quando se celebra o Dia Nacional da Consciência Negra, e 27 na universidade e também fora dela. Na abertura, dia 20, a partir das 20h, no Parque Ramiro Ruediger, o público poderá prestigiar diversas manifestações da cultura afro, incluindo maracatu, capoeira, poesia, hip hop, entre outras. A programação contempla ainda palestras com os professores José Endoença Martins e Marcos Rodrigues da Silva. A lista completa de atividades e horários pode ser consultada no perfil do NEAB/FURB no Facebook. Para o integrante do Núcleo e membro da organização, Carlos José Silva, o Tigre, a semana "é como um marco histórico. Afirmar que existe a comunidade negra de Blumenau e que ela se sinta representada pelo NEAB. É um chamamento para que as pessoas de origem afro-brasileira venham participar e conhecer o NEAB", declara.

MOSTRA DE ARTE INCLUSIVA SEGUE ATÉ DEZEMBRO

A exposição de arte inclusiva "Música em Cores", do intérprete, compositor e artista plástico, Antônio da Silva ocorre até o dia 7 de dezembro, no Centro Cultural da Vila Itoupava, em Blumenau. A mostra conta com 20 telas, algumas delas produzidas para serem tocadas, sentidas pelas pontas dos dedos, possibilitando a integração de deficientes visuais a este universo. Durante o evento, o público receberá gratuitamente um CD com seis canções compostas e interpretadas por Antônio, que também fazem parte da exposição e que já estão liberadas para ouvir e baixar pelo www.soundcloud.com/antoniodasilvaoficial/sets/musica-em--cores

FOTOS: ARQUIVO

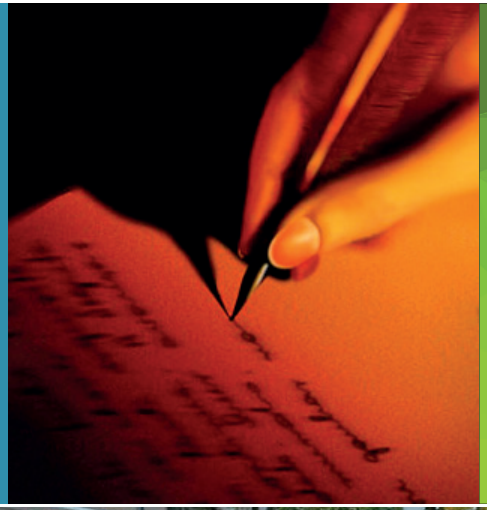
BANDA MALUNGO LANÇA CAMPANHA DE FINANCIAMENTO COLETIVO

A Banda Malungo lança campanha de financiamento coletivo para a produção do novo projeto: "Paz, Amor e Queda Livre". A banda tem até o dia é 17 de dezembro para arrecadar R$ 32 mil, que será para produzir novo EP, em formato vinil e em formado CD, mais um zine (revista/livreto) e um videoclipe. O público e fãs da Malungo poderão apoiar, compartilhar e colaborar, adquirindo recompensas como: CDs, vinil, camisetas, show acústico para 50 e 100 pessoas e até serenatas, entre outras opções, pelo: www.catarse.me/malungo

Formada por Jaison Hinkel (vocal e guitarra), também professor do curso de Psicologia da FURB, Natan Hostins (bateria, programações e backing vocal), Diego Salvador (contrabaixo) e Cleber Lima (percussão, cavaco, mpc, synth e backing vocal), a banda surgiu em 2008, em Santa Catarina. Em 2013, lançou o primeiro disco "batuque.balanço.groove". Nesse mesmo ano, a Malungo foi indicada como finalista na categoria Artista Revelação, no Prêmio da Música Catarinense (Portal SC). Em 2014, foi Campeã do Festival Universitário da Canção Cultura e Arte, em Blumenau (FUCCA), com a música "Latino-americano". Em 2015, foi indicada como finalista na categoria Melhor Videoclipe, no Prêmio da Música Catarinense (Portal SC), com a música "Eu boto fé". Com estilo próprio, a Malungo produz uma música forte e dançante, com letras que versam sobre temas cotidianos, críticas sociais, utopia e amor. Acompanhe as notícias e as novidades da Malungo pelo www.bandamalungo.com.br ou www.facebook.com/malungooficial e ouça www.youtube.com/user/NatanMalungo

QUARTETO DE VIOLÕES DE BLUMENAU FAZ CONCERTO DO ÁLBUM "MÚSICA BRASILEIRA"

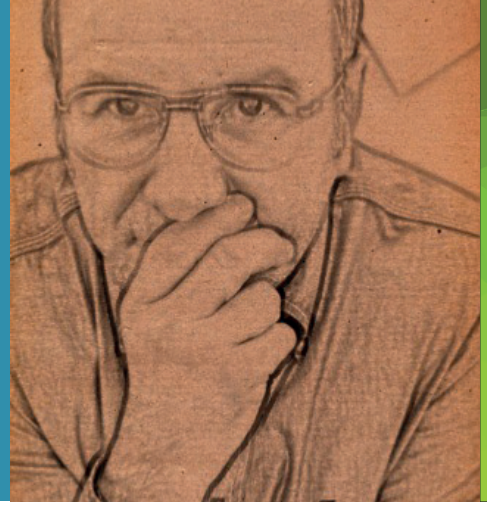
O Quarteto de Violões de Blumenau lança, no dia 25 de novembro, o álbum "Música Brasileira". O concerto, com entrada franca e aberta ao público, ocorre às 20h, na Paróquia Luterana Centro, em Blumenau, e cerca de 250 CDs serão distribuídos gratuitamente ao público (por ordem de chegada). O Quarteto de Violões de Blumenau, formado pelos músicos Daniel Mueller, Hugo Henrique Grah, Mailon Bugmann e William Pofahl, apresenta neste trabalho obras de três dos maiores compositores da música clássica brasileira: Heitor Villa-Lobos (1887-1959), Francisco Mignone (1897-1986) e Mozart Camargo Guarnieri (1907-1993). O projeto "Quarteto de Violões de Blumenau" com o álbum "Música Brasileira" é patrocinado pelo Fundo Municipal de Apoio à Cultura de Blumenau. "Música Brasileira" é o primeiro CD do Quarteto. Possui uma formação com afinações diferenciadas, um violão mais agudo (uma quarta acima - LA) e um violão mais grave (uma quinta abaixo - LA), que, conforme o violonista, Mailon Bugmann, possibilita explorar com esta extensão arranjos e transcrições de obras orquestrais e de piano. No dia 23 de novembro, às 20h, o Quarteto de Violões de Blumenau também fará um recital no Auditório do Bloco T, da Universidade Regional de Blumenau (FURB), para alunos e professores do curso de Música da instituição. Acompanhe as notícias e as novidades pelo www.facebook.com/quartetodevioloesdeblumenau



INSPIRAÇÃO

YOANA CARMO/COLETIVO LENTE CRUA

Marcos Antônio Mattedi
Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP)
Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional



LADO B

A CONSPIRAÇÃO DA ESPERANÇA

Faz cinco anos que a federalização da FURB está morrendo. Desde que lideranças do PT e a UFSC traíram a sociedade do Vale do Itajaí, o sonho de uma universidade pública gratuita paira sem vontade própria como um morto-vivo. Como toda tentativa de realização de um sonho também a FURBFederal acabou em frustração. E como tantos outros sonhos, a federalização da FURB vive apenas na memória daqueles que sonharam. E mostra também como um sonho pode virar pesadelo. Por isto, ao contrário do que disse o nosso poeta, agora a federalização da FURB se arrasta por aí bem menor do que foi sonhada.

O contexto indica que não é muito sensato entregar o futuro da FURB à possibilidade de encontrar financiamento público. Uma das dificuldades deste viés analítico é que está cada vez mais difícil encontrar indicações que sustentem uma projeção otimista desta alternativa política. Isto significa que a estratégia de fuga para frente parece estar finalmente bloqueada

Mas federalização da FURB não consegue morrer. É que ela se alimenta de esperança. E a esperança voltou com: a) no dia 31/08 o Diário Oficial da União estabelece a Implantação da Universidade Federal do Vale do Itajaí; b) a visita do Ministro Mendonça Filho durante a Oktoberfest e o encontro com o Reitor Natel; c) o vídeo de esclarecimento do diretor do Puxadinho da UFSC; d) a desobstrução das negociações entre a FURB e a UFSC para construção de parcerias em Blumenau e) Eduardo Deschamps assumindo o Conselho Federal de Educação. Será que estaríamos iniciando uma nova fase?

Para responder esta questão precisamos conhecer a história da federalização da FURB. Este processo divide-se em três fases: a) Fase de germinação (1988-2002): um conjunto de iniciativas isoladas pela luta; b) Fase de Institucionalização (2003-2011): a criação do Comitê Pró-Federalização da FURB e a realização do plebiscito regional em 2008; c) Fase de Mobilização (2011-2012): a criação do Movimento FURBFederal e as mobilizações de rua e as negociações com o MEC. Apesar da viabilidade jurídica, compatibilidade acadêmica e financiamento favorável a federalização da FURB foi abandonada.

A federalização da FURB foi abandonada devido a um processo de bloqueio político. Este bloqueio político foi causado pela divisão dos três principais atores: a) a divisão interna das lideranças do PT: Ideli Salvatti priorizou implantação dos institutos federais; b) a divisão interna da FURB: o rescaldo da eleição para reitoria em 2010 provocou uma crise na lideraça; c) Divisão interna da UFSC: os preconceitos ideológicos de Roselane Neckel, a Magnífica, bloquearam a proposta de fusão entre UFSC e a FURB. E o que começou como um sonho de alguns professores, acabou como um pesadelo para muitos alunos.

Sob o ataque da realidade o sonho da federalização da FURB enfrenta dois grandes óbices: 1) o corporativismo e o preconceito das UFs; 2) a PEC 241 e a falta de dinheiro. O que sobra são boas intenções e aquelas sinalizações claudicantes das parcerias. Afinal, por um lado, a UFSC não consegue mobilhar o Puxadinho; por outro, a FURB tem uma infraestrutura ociosa. Então, porque não estabelecer uma aproximação? Bem, porque as experiências de parcerias com a UFSC ensinam que os acordos são sempre um jogo de soma zero. E quem perde é sempre a FURB... Quem se lembra do 30 milhões?

Portanto, o contexto indica que não é muito sensato entregar o futuro da FURB à possibilidade de encontrar financiamento público. Uma das dificuldades deste viés analítico é que está cada vez mais difícil encontrar indicações que sustentem uma projeção otimista desta alternativa política. Isto significa que a estratégia de fuga para frente parece finalmente bloqueada. Portanto, o encontro com a realidade promete ser dolorido. Afinal, olhando as condições operacionais a FURB parece estar cada vez mais vulnerável, tanto em termos estruturais quanto conjunturais.

No que se refere aos fatores estruturais destacam-se dois obstáculos ou desafios muito graves: 1) A combinação da curva demográfica e do aumento da competição: a associação da diminuição da demanda por ensino superior causado pelo declínio da população jovem, com o aumento da oferta de vagas públicas e privadas de ensino superior na região; 2) O bloqueio da nossa capacidade competitiva: a associação do processo de deterioração da infraestrutura física, precarização das condições de trabalho e obsolescência dos processos administrativos torna a FURB cada vez menos atrativa.

Associado a este processo estrutural de longo prazo, por outro lado, pesa também a questão conjuntural de curto prazo. Neste sentido, cabe destacar: a) A diminuição progressiva das receitas: a recessão econômica e o desemprego fez com que muitos estudantes abandonassem a formação superior ou trocassem a FURB por instituições mais baratas; b) O aumento crescente das despesas: os custos de funcionamento da FURB aumentam e não podem se transferidos para as mensalidades. Em outros termos as questões conjunturais indicam que teremos que fazer mais com menos.

Mais cedo ou mais tarde o encontro destes dois movimentos tende a provocar um forte solavanco institucional. Isto significa que a diminuição da capacidade de investimento deve-se se encontrar a diminuição de capacidade de financiamento. A maneira como seremos obrigados a nos ajustar a este processo pode ter consequências dramáticas para a forma com as atividades de ensino, pesquisa e extensão são praticadas. É melhor nos ajustarmos a realidade, antes a realidade nos force a nos ajustarmos a ela. Porque as margens de manobra estão se estreitando rapidamente.

Afinal, fomos nós que criamos esta situação e seremos nós que teremos que enfrentá-la: 1) Trabalhar mais: aumentar a carga de ensino na graduação dos professores; 2) Ser mais criativos: criar incentivos financeiros para os professores que se dediquem a graduação. Por exemplo, a diminuição de PSPS nos permitiria gerar uma receita excedente que poderia ser investida na renovação da infraestrutura, dos processos administrativos e valorização profissional. Portanto, favoreceria a geração de um ciclo virtuoso no qual a melhoria das aulas, equipamentos e atendimento atrairia mais alunos.

O "pessimismo da experiência" lança um alerta desesperador para o "otimismo da vontade". Acreditar que existe uma solução mágica como a federalização para FURB é apostar na conspiração da esperança: esperar que no final tudo dê certo! Para sobreviver temos que parar de sonhar com soluções mágicas. Primeiro, porque elas não existem; e, em segundo, porque elas não virão. Precisamos de um novo quadro de referência para lidar com este cenário desencantado. A solução vai depender da criatividade, mas, sobretudo, do compromisso e dedicação daqueles que dependem da FURB.